

ADunicamp

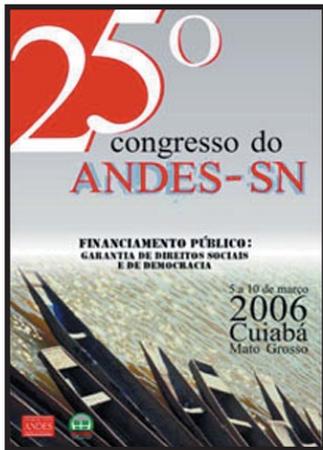
boletim

FILIADA AO
SINDICATO
ANDES
NACIONAL

Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas

Nº 01 - Segunda-feira, 20 de fevereiro de 2006

www.adunicamp.org.br / informações: (19) 3788-2470



O 25º Congresso do ANDES- SN que se realizará em Cuiabá, de 5 a 10 de março de 2006, acontecerá em um cenário rico em ataques, profundos e extensos, à universidade, aos direitos dos trabalhadores e às organizações sindicais. Evidentemente, quando se enfraquece a Universidade Pública, estimula-se o mercado da

educação privada, tornando o ensino e a pesquisa mais um negócio que pode e deve gerar lucro.

Diminuir e retirar autonomia, através de vários movimentos que se caracterizam por uma reforma fragmentada e contínua – mas que, no curto prazo, trará prejuízos irreversíveis para a universidade pública – têm sido a tônica nesse cenário.

Outras leis, aparentemente desvinculadas da Universidade, podem também afetar sua autonomia e, sobretudo, suas características públicas com responsabilidades determinadas pelo povo. As leis da Inovação Tecnológica e da Parceria Público-Privada (PPP) são instrumentos que servem interesses do Mercado, que esvaziam ações e iniciativas que privilegiam interesses coletivos considerados prejudiciais ao lucro e aos interesses do capital.

Os empresários da educação festejam as iniciativas que atendem seus objetivos e propostas básicas: “ensinar” para quem pode pagar.

Os direitos dos trabalhadores são cada vez mais ameaçados com manobras de cooptação por parte do governo, a fim de torná-los vassallos de seus interesses.

Evidentemente todos artifícios são utilizados: o aceno com cargos, a ruptura interna dos sindicalistas, ameaças veladas e explícitas, a desqualificação do trabalho associativo e sindical diminuindo historicamente a importância dos movimentos coletivos.

Nesta percepção de contexto os docentes necessitam refletir sobre a conjuntura nacional e internacional, se atualizar sobre os múltiplos cenários que se apresentam e criar condições para oferecer resistência e enfrentar as ações que serão desencadeadas no ano de 2006.

O congresso é dividido em temas:

- 1 - Movimento docente e conjuntura.
- 2 - Plano Geral de Lutas: Eixos, bandeiras e políticas setoriais.
- 3 - Questões organizativas e financeiras.
- 4 - Políticas Sociais: Educacional, Financiamento, Carreira Docente, sindical, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Agrária, Seguridade Social, relações internacionais e etnia, gênero e classe.

Temos – na sede da ADunicamp e à disposição dos associados, para consulta – o Caderno de Textos, propostos pela diretoria da ANDES, pelas seções sindicais e pelos sindicalizados objetivando a preparação do 25º Congresso da Andes- SN.

A Adunicamp pode ser representada, no máximo, por 9 delegados eleitos em Assembléia e por um membro indicado pela Diretoria. Todos os gastos são cobertos pelo Sindicato que envia os representantes.

Os professores interessados em representar a Adunicamp, no período de 5 a 10 de março de 2006 em Cuiabá, estão convidados a comparecer na Assembléia no dia 23 de fevereiro de 2006, às 12 horas no auditório da ADUNICAMP, onde será estabelecida a escolha do professores representantes.

ASSEMBLÉIA DE DOCENTES

Dia 23 de fevereiro (quinta-feira), às 12h00, no auditório da Adunicamp

Pauta: escolha de delegados para o 25º Congresso do Andes-SN

FIM DA INTEGRIDADE NA APOSENTADORIA FIM DA PARIDADE ATIVOS/INATIVOS

Como já divulgamos, o governador do Estado de São Paulo encaminhou à Assembléia Legislativa Projetos de Lei Complementar (PLC 30, 31 e 32/2005) que tratam da previdência do funcionalismo público paulista. A tramitação destes Projetos vem sendo acompanhada pelo Fórum das Seis com enorme preocupação, **principalmente porque em nenhum momento a especificidade das universidades públicas paulistas – cuja autonomia é garantida pelo artigo 207 da Constituição Federal – é considerada.**

O PLC 30/2005 cria a São Paulo Previdência (SPPREV) que passaria a ser gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo (RPPM). Como autarquia de regime especial, a SPPREV teria autonomia administrativa, financeira, patrimonial e gerencial.

Na proposta do governo, no entanto, o poder de decisão continuaria no Palácio dos Bandeirantes. A gestão da SPPREV está longe de ser democrática:

- Os artigos 5, 9 e 13 do PLC 30/2005 prevêem que, dos oito membros do Conselho Administrativo, quatro são indicados pelo governador, assim como os cinco diretores executivos, cujos salários (de R\$ 9.667,00), aparecem definidos no artigo 23.
- O presidente e o suplente do Conselho Fiscal são, também, indicações do governador, fazendo com que o fiscal seja subordinado pelo fiscalizado...
- A forma de escolha do único representante dos servidores será regulamentada por decreto do Executivo e não por lei discutida no Legislativo.
- As entidades de classe dos trabalhadores ativos e inativos são excluídas de qualquer participação
- **Em nenhum momento, está colocada a especificidade das universidades. Não consta a participa-**

ção de representantes das universidades nos conselhos gestores.

As incertezas – geradas por regulamentações a serem futuramente efetuadas – levam a crer que, como sempre, caberá aos servidores (e muito pouco ao Executivo) a tarefa de manter financeiramente o novo órgão:

- O fundo de previdência será constituído com base em contribuições previdenciárias mensais dos servidores públicos, ativos e inativos, dos militares do serviço ativo, dos agregados ou licenciados, da reserva remunerada ou reformados, dos respectivos pensionistas, e também em contribuição previdenciária do estado (como reza o artigo 32 do PLC 30/2005)
- **Os índices de contribuição, no entanto, não são definidos, ficando para regulamentação complementar.**
- O PLC não explicita qual será a contribuição patronal na SPPREV, afirmando genericamente que ela existirá. A nossa contribuição é descontada em nossos *hollerits* religiosamente. E a do Estado patrão?
- Além disto, o PLC 30/2005 não trata de um ponto fundamental, que é a dívida patronal com o IPESP. As informações dão conta de que, até 1999, o governo paulista devia ao IPESP cerca de R\$ 63 bilhões. Como ficará esta pendência?
- **A criação da SPPREV não traria qualquer alívio às contas das universidades estaduais paulistas, muito provavelmente levando à diminuição do atual repasse que lhes é feito, considerando o que diz o artigo 27 do PLC 30/2005: “Os valores dos benefícios pagos pela SPPREV serão computados para efeito de cumprimento de vinculações legais e constitucionais de gastos em áreas específicas, bem como poderão ser deduzidos do repasse obrigatório de recursos a outras entidades, órgãos ou Poderes dos**

quais os inativos, ou respectivos beneficiários, forem originários.” (grifos nossos).

■ **Por outro lado, o projeto tem o objetivo de tornar legal a inclusão dos aposentados e pensionistas nos índices já vinculados constitucionalmente à educação no Estado de São Paulo.**

O PLC 31/2005, que trata das pensões, é tão preocupante quanto o PLC 30/2005. Praticamente todas as propostas de mudanças prejudicam os trabalhadores, como é o caso do:

- fim da integralidade dos benefícios;
- fim da pensão aos beneficiários com mais de 18 anos, entre outros.

O PLC 32/2005 trata da Caixa de Previdência da Polícia Militar.

Em 1996, o então governador Mário Covas tentou reformar a Previdência do Estado de São Paulo. Esta primeira investida – que previa a cobrança de inativos e o aumento do desconto dos ativos – foi barrada por uma intensa mobilização dos servidores. Agora é um governador em fim de mandato que – a toque de caixa e na

esteira da “reforma” aprovada pelo governo federal (a custa de mensalão?) – tenta fazer aprovar (a custa de quê?) um complexo rol de mudanças. Ficaremos quietos à espera?

“O Fórum das Seis entende que os arremedos de negociação protagonizados pelos representantes do governo Alckmin na Assembléia Legislativa visam apenas alterar pontos secundários no projeto ou, no máximo, estabelecer pequenas concessões para parcelas do funcionalismo, em detrimento dos interesses do conjunto dos servidores”.

“O Fórum das Seis considera os PLC’s 30, 31 e 32/2005 nocivos e, por isso, propõe ao funcionalismo estadual que lute por sua imediata retirada da Assembléia Legislativa. Em vez da tramitação a toque de caixa, como estamos vendo agora, propomos um amplo e democrático debate com as entidades representativas dos trabalhadores do serviço público de São Paulo, visando a construção de um modelo de previdência que realmente atenda aos interesses dos trabalhadores”.

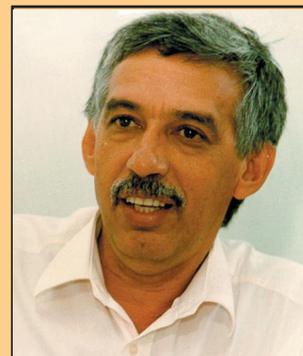
A ADunicamp, como parte constitutiva do Fórum das Seis, subscreve a análise e a proposta de luta pela imediata retirada dos famigerados projetos da Assembléia Estadual e a abertura de debates com as entidades co-irmãs.

Nota de pesar: Carlos Rodrigues de Souza (CHEFINHO)

A Adunicamp lamenta profundamente a morte do professor Carlos Rodrigues de Souza (nosso querido Chefinho), intelectual dos mais engajados na luta em defesa da Universidade Pública. Chefinho faleceu no dia 08 de fevereiro, no Centro Médico de Campinas, foi velado e sepultado no Cemitério das Acácias.

Chefinho foi sócio fundador da Adunicamp e participou da Diretoria da Associação por três vezes: como Segundo Tesoureiro da 2ª Diretoria (outubro de 1977 a outubro de 1979) e como Diretor de Imprensa em duas gestões (de setembro de 1987 a abril de 1989 e, novamente, de novembro de 1996 a maio de 1998). Chefinho participou, também, do Conselho de Representantes da Adunicamp e sempre esteve presente em nossas lutas.

Suas qualidades de equilíbrio e sensatez, sua grandeza como figura humana e, em especial, seu incrível senso de humor farão falta em nossas próximas batalhas. A Diretoria e os funcionários da Adunicamp – que aprenderam, na convivência freqüente, a admirar e respeitar este grande companheiro – unem-se à dor de sua família e amigos por esta perda irreparável. Chefinho, sentiremos sua falta!



CONCERTOS DE MÚSICA DE CÂMARA

A ADUNICAMP e o Núcleo de Integração e Difusão Cultural da Unicamp (NIDIC) apresentam dois concertos de música de câmara em comemoração aos 250 anos de nascimento de W. A. Mozart e aos 100 anos de nascimento do compositor russo D. Shostakovich e do brasileiro Radamés Gnattali. Serão executadas obras de câmara para diversas formações: octetos, quartetos e quintetos, combinando cordas e sopros.

As apresentações serão realizadas no auditório da Adunicamp, nos dias 21 e 22 de fevereiro (terça-feira e quarta-feira), às 12h00.

**A entrada é franca.
Compareçam!**

Organização: Adunicamp e Nidic

Debate

O papel do hospital universitário

**Dia 16 de março (quinta-feira), às 12h00,
no auditório do Hospital de Clínicas da Unicamp**

Debatedores:

- Dr. Cid Carvalhaes (Presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo);
 - Representante da Reitoria da Unicamp;
- Representante da Comissão das três universidades estaduais paulistas sobre a estadualização dos hospitais universitários.

Organização: Adunicamp - STU - DCE